



Você precisa saber

INFORMATIVO DO PRESIDENTE DO COFECI – JOÃO TEODORO DA SILVA - MAIO /JUNHO DE 2009

Remetente: COFECI - Rua Benjamin Constant, 526 / CEP: 80.060-020 - Curitiba - PR



Impresso Especial

9912195830/-DR/PR

**COFECI
CORREIOS**



Efeitos do pacote

Cofeci propõe mudanças no Plano Habitacional de Lula



Ministro Paulo Bernardo recebe Armando Cavalcante (esq.) e Junior Pucci(dir.)

Representantes do Sistema Cofeci-Creci, o presidente do Creci-CE, Armando Cavalcante, e o vice-presidente do Creci-PR, Junior Pucci, foram recebidos pelo ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, em Brasília, na véspera do lançamento do programa habitacional “Minha Casa, Minha Vida” pelo governo federal.

Em nome dos corretores de imóveis, apresentaram os dois principais pleitos do Cofeci ao governo: desburocratização na concessão de financiamentos habitacionais, especialmente para as classes C e D, e expansão do limite de financiamento imobiliário, atingindo até 100% do valor total do imóvel. “Essas duas sugestões vêm complementar todo o empenho que o governo federal

está fazendo para tornar a casa própria acessível a todos os brasileiros, e reduzir o déficit habitacional, estimado em sete milhões de moradias em todo o país”, explicou Junior Pucci.

Os dois pontos resumem as críticas que o Cofeci fez ao plano habitacional anunciado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no dia seguinte à audiência com o ministro Paulo Bernardo. “O pacote é bom e o governo federal tem desenvolvido políticas e programas que beneficiam a população em termos de habitação e setor imobiliário. Todavia, ainda é possível aprimorar essas medidas, facilitando a vida daqueles que têm uma renda de até dez salários mínimos”, complementou Cavalcante, que é Diretor Tesoureiro do Cofeci.

Principais pontos do programa “Minha Casa, Minha Vida”

- Construção de um milhão de moradias para famílias com renda de até dez salários mínimos.
- Subsidiar prestações do imóvel para as classes C e D.
- Fundo para pagar prestações de quem ficou sem emprego.
- Aumento do subsídio do financiamento com recursos do FGTS - de 3 a 6 salários mínimos.
- Refinanciamento de parte das prestações em caso de perda de renda por parte da família.
- Barateamento do seguro para os imóveis.
- Linhas de financiamento para infraestrutura.

Os benefícios do pacote só serão aplicados a imóveis que ainda vierem a ser construídos.



Ministro propõe valor para anuidades



Ministro Carlos Lupi apoia projeto criado pelos Conselhos profissionais

O Ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, preparou um Projeto de Lei (PL) para criar parâmetros e estabelecer o valor das contribuições anuais pagas aos Conselhos profissionais por suas respectivas categorias. A proposta foi encaminhada à Casa Civil para, de lá, ser enviada como uma mensagem do governo ao Congresso Nacional.

O projeto tem o apoio do Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas - entidade integrada e atualmente presidida pelo Cofeci. O PL fixa em R\$ 395,00 o valor máximo

da contribuição de pessoas físicas, e até oito vezes esse valor para contribuições de pessoas jurídicas. Para empresas, essa variação estará vinculada ao valor de seu capital social.

Para o representante do Cofeci no Conselho, José Augusto Viana Neto, o próximo passo é acompanhar o encaminhamento do processo ao Congresso, e posteriormente, a aprovação nas duas casas parlamentares.

“Demos um importante primeiro passo, mas precisamos monitorar a sequência das ações”, diz Viana. Ele

defendeu ser essencial que as autarquias que representam as mais diversas categorias profissionais se reúnam periodicamente com líderes do governo, para solucionar problemas comuns. Viana ressaltou que essas entidades devem caminhar unidas, em prol de projetos que otimizem sua administração e pacifiquem questões polêmicas.

De acordo com o presidente do Cofeci, João Teodoro da Silva, o ato é importante para que os Conselhos possam resolver todas as questões relativas às anuidades. “Esses recursos são importantes para o desenvolvimento dos trabalhos de organização e fiscalização profissional. Tínhamos uma divergência com os sindicatos, que queriam que os valores fossem regulados pela lei 6.994/82, revogada em 1994. Com a aprovação de um novo projeto, não teremos mais esse impasse”, afirma.

Para Lupi, as anuidades cobradas atualmente estão mais próximas de uma taxa simbólica, do que de uma contribuição efetiva. “Precisamos dar aporte para que os Conselhos cumpram seu papel. No sistema capitalista em que vivemos, o começo desse trabalho é feito ao se garantir condições financeiras para essas entidades”, disse ele.

Terrenos vão se valorizar em 2009

Um dos principais impactos do programa habitacional “Minha Casa, Minha Vida” lançado pelo governo Lula em Brasília será a valorização imediata de terrenos e lotes. A avaliação vem dos dirigentes do Sistema Cofeci-Creci. Esse tipo de propriedade também terá sua procura e liquidez ampliadas. Para o presidente do Sistema Cofeci-Creci, João Teodoro da Silva, “esse pacote chega em boa hora, pois tem vários efeitos sobre a economia do país”.

Segundo Teodoro, há vários aspectos a considerar.

“O pacote fomenta a economia com o aporte de investimentos. Gera empregos em cascata, beneficiando os segmentos relacionados à construção civil. Mantém o mercado imobiliário em alta, e com boas perspectivas para os próximos anos, especialmente 2010. Facilita o acesso das classes C e D à casa própria. E ainda causa um impacto positivo no psicológico da população, confrontando-se aos efeitos da crise”, avalia o presidente do Sistema Cofeci-Creci.

